

O MUSEU DA UFRGS: ESTUDO DE CASO SOBRE A REFUNCIONALIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DA UNIVERSIDADE**THE UFRGS MUSEUM: A CASE STUDY ON THE REFUNCTIONALIZATION AND REVITALIZATION OF THE UNIVERSITY'S BUILT CULTURAL HERITAGE**Marcos Freire Machado¹

Resumo: Este artigo aborda a intervenção realizada no prédio do Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e as medidas de restauração, revitalização e refuncionalização realizadas pela Secretária do Patrimônio Histórico – SPH/UFRGS. Para obtenção dos dados expostos, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, teses, artigos científicos e também pesquisa documental nos arquivos e publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento discutiremos os principais conceitos que envolvem o campo da cultura material e, a seguir, analisaremos as medidas de intervenção no prédio histórico e a sua refuncionalização como Museu Universitário.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Refuncionalização. Museu.

Abstract: This article deals with the intervention carried out in the Federal University of Rio Grande do Sul Museum building and the restoration, revitalization and refuncionalization measures carried out by the Secretary of the Historical Heritage - SPH/UFRGS. To obtain the exposed data, we conducted bibliographic research in books, theses, scientific articles and also documentary research in the archives and publications of the Secretary of Historical Heritage of the Federal University of Rio Grande do Sul. In a first moment we will discuss the main concepts involving the field of material culture and, next, we will analyze the intervention measures in the historical building and its refuncionalization as a University Museum.

Keywords: Cultural Heritage. Refunctioning. Museum.

Considerações iniciais

Esta pesquisa busca abordar o processo de refuncionalização ao qual passou o prédio do atual museu universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

¹Graduado em História pela Universidade La Salle (2012) e Especialista em Ensino de Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2018). Servidor técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenador do Núcleo de Infraestrutura da Gerência Administrativa da Faculdade de Odontologia. E-mail: freiremachado@ig.com.br

O campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul possui 11 edificações de grande importância histórica e cultural que poderiam ser exploradas neste artigo como estudo de caso, mas optou-se pelo prédio do atual museu universitário por ser o único das 11 edificações atendidas pelo projeto *Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS* a ser refuncionalizado como equipamento cultural. Em função disso, concordamos com Sales (2010, p. 121) “quando o patrimônio cultural é utilizado como equipamento cultural há uma maior possibilidade de fruição de sua história e do seu pertencimento pela população e há uma possibilidade de requalificação urbana”.

O prédio em questão, construído no início do século XX para abrigar o Laboratório de Resistência de Materiais da Escola de Engenharia, localiza-se na esquina da Avenida Osvaldo Aranha com a Avenida Paulo Gama, próximo ao Túnel da Conceição em Porto Alegre. O prédio é constituído por dois pavimentos, com uma fachada rica em detalhes ornamentais.

Abordaremos neste artigo conceitos urbanísticos de categorias analíticas da geografia e da arquitetura, no intuito de estruturar e dar sentido à investigação do processo histórico de intervenção no patrimônio cultural edificado. Realizaremos, para tanto, uma pesquisa bibliográfica referente ao contexto urbano no qual o prédio histórico está inserido e uma discussão sobre o caso da edificação em questão com o objetivo de demonstrar como o desenvolvimento econômico e social da cidade de Porto Alegre influenciou na formação do patrimônio cultural material, no campus central da UFRGS. Este estudo de caso sobre o edifício histórico, buscará demonstrar a lógica de sua edificação ao longo de sua trajetória temporal, quando o prédio assume diferentes funções, tarefas, atividades e ou papéis desde sua construção até os dias atuais; procuraremos também demonstrar como ocorreram e quais foram as práticas de restauração, revitalização e refuncionalização utilizadas pela Secretária do Patrimônio Histórico da UFRGS.

Este estudo se justifica pela necessidade de analisar, acompanhar e refletir os processos que ocorrem contemporaneamente em nosso espaço urbano, como é o caso da refuncionalização do prédio do Museu da UFRGS, cuja forma portadora de valores e

atributos históricos, desperta no indivíduo uma ligação com o passado. Assim, buscamos demonstrar que, em alguns casos, a preservação da edificação histórica é uma solução para reintegrá-lo à vida cotidiana da cidade, o que justifica a restauração e refuncionalização do antigo prédio da universidade como um importante equipamento cultural de Porto Alegre.

Discutindo Conceitos de Patrimônio Cultural, Brownfields, Revitalização e Refuncionalização

Etimologicamente, a palavra patrimônio deriva do latim *patrimonium*, que significa herança paterna². Atualmente esta palavra foi requalificada adquirindo um entorno semântico mais amplo e mais complexo, impregnando-se de sentidos advindos das formas de sentir e de se comportar da contemporaneidade.

Uma questão importante a ser considerada no que se refere à conceituação de patrimônio é que, segundo Choay (2001), no século XIX e início do XX o patrimônio compreendia os monumentos nacionais assim considerados por critérios estéticos ou históricos. Essa conceituação de patrimônio bastante tradicional privilegiava os monumentos e edificações, dando ênfase à sua materialidade, destacando-os por seu valor histórico e artístico, sem considerar as suas relações culturais. O conceito de patrimônio cultural como tem sido designado atualmente, passa a ser:

[...] tudo aquilo que o homem criou e que por questões culturais inerentes ao meio em que se insere, se muniu de valor para aquela sociedade. Cada bem cultural tem o seu próprio valor local e alguns adquirem também um valor mundial tornando-se dessa maneira Patrimônio Cultural da Humanidade. (DIAS, 2005, p.23-24).

Por decorrência, patrimônio cultural constitui uma herança do passado com a qual os homens do presente convivem e a qual pretendem transmitir às gerações futuras. Dessa maneira, temos a nível mundial uma evolução contínua do conceito de patrimônio cultural, que traz a ideia de bem coletivo desde o fim do século XVIII.

² A palavra patrimônio originalmente estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo (CHOAY, 2001, p. 11).

No Brasil segundo Fonseca (2005, apud SALES, 2010, p. 119 “a evolução do conceito de patrimônio cultural no Brasil está relacionada a dois instrumentos legais, primeiro o decreto Lei nº25/37, segundo a Constituição Federal de 1988”. O decreto-lei número 25, de novembro de 1937, instala no Brasil o Serviço do PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN), atual IPHAN, criado:

[...] num contexto político de um projeto nacionalista que aglutinou vários intelectuais, arquitetos e artistas. O conceito de patrimônio adotado pelo SPHAN e que permaneceu hegemônico até final da década de 1960, pautou-se nas concepções sobre arte, história, tradição e nação de um grupo de intelectuais modernistas que se imbuíram na 'causa' da preservação a partir da década de 1930 (ZAMIM, 2006, p.26).

Estabeleceu-se a partir de então que a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional deveria ficar sob a guarda do Estado, instituindo-se o tombamento de bens como o principal instrumento da política de patrimônio. Consagrou-se a ênfase na proteção dos bens materiais, especialmente os arquitetônicos e principalmente os coloniais.

Após a criação do SPHAN, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 216 vai consolidar oficialmente uma visão diversificada de patrimônio cultural, em consonância com a definição ampla que já se utilizava desde meados do séc. XVIII em outras partes do mundo. Desse modo, concordamos que “a Constituição Federal muito embora não tenha conceituado a cultura, o fez em relação ao patrimônio cultural elencando seus elementos e o relacionando à identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (COSTA, 2008, p.23).

Logo, por ser mais próximo ao nosso objeto de estudo neste trabalho, utilizaremos a definição de patrimônio material elaborada pelo IPHAN: “o patrimônio material [...] é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012, online).

A requalificação do termo patrimônio cultural, principalmente no que tange a edifícios e monumentos históricos, permitiu a evolução do mesmo para patrimônio cultural material³, valorizando ainda mais o conceito de patrimônio cultural. Principalmente “[...] como reforço da construção de uma identidade cultural, de memória social e de pertencimento inconsciente por parte dos indivíduos a determinados grupos históricos” (MENTZ, 2011, p. 19), buscamos identificar um importante patrimônio arquitetônico da cidade de Porto Alegre: o edifício do atual Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Segundo Nogueira e Reis (2012) o estudo da cultura material aparece no campo das ciências humanas, através da pesquisa de vestígios do passado, resultado de avanços na construção de interconexões entre as ciências humanas desde o século XIX. Assim, no intuito de desvendar os significados da materialidade e da funcionalidade do atual museu universitário da UFRGS, buscamos também, neste trabalho, uma interconexão com os conceitos geográficos de visão urbanística, denominados *brownfields*, revitalização e refuncionalização. Estes conceitos são amplamente utilizados na geografia e na arquitetura, como forma de diagnosticar e reconstituir o espaço de uma cultura, de um grupo, através das formas ao longo do tempo.

A revitalização de prédios históricos segue uma política que visa gerar atrações culturais para serem usufruídas por turistas ou pelos próprios habitantes do local que foi alvo de intervenção. A convenção de Nairóbi/1976⁴, ao tratar sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, recomenda que uma “política de revitalização cultural deve converter os conjuntos históricos em polos de atividades culturais” (UFRGS/SPH, 2007a, p.43).

³ Patrimônio cultural material incorpora a definição de *bens tangíveis*, é composto por tudo àquilo que possa representar a capacidade de adaptação do homem ao seu meio ambiente e organização social, cultural e político como: edificações antigas, ferramentas e objetos pessoais, vestuários, esculturas, documentos, jardins, edificações militares, religiosas ou educacionais (MENTZ, 2011, p. 18).

⁴ A carta de Nairóbi/1976, define pela primeira vez que os projetos de proteção e restauração devem ser acompanhados de atividades de revitalização, sendo essencial manter as funções existentes no edifício histórico, ou criar novas funções que para serem viáveis a longo prazo, devem ser compatíveis com o contexto econômico, social, urbano, regional ou nacional (UFRGS/SPH, 2007a, p.43).

Dessa maneira, o processo de revitalização surge através da compreensão dos fenômenos de degradação das áreas mais antigas das cidades. Geralmente, os elementos que sofreram intervenções, encontravam-se subutilizados, obsoletos e decadentes: apesar de possuírem toda infraestrutura necessária (água, esgoto, luz e telefone), acabaram se deteriorando e transformando-se em um *brownfield*⁵ em tradução livre, campos marrons (está na nota de rodapé), como ocorridos com o prédio do atual Museu da UFRGS, nosso objeto de estudo.

O termo *brownfield* é comumente utilizado nos Estados Unidos, para interpretação de áreas degradadas com o passar dos anos, geralmente são galpões vazios, com vegetação muito crescida e telhados escuros que denotam o uso de materiais antigos em sua construção. Segundo Valentin (2009) os *brownfields* podem se localizar afastados ou junto às cidades, mas quanto mais próximos e mais inseridos em sua estrutura mais fácil é sua refuncionalização.

O termo refuncionalização⁶ está ligado à permanência das formas, e a alteração das antigas funções de um determinado elemento, portanto forma e função são conceitos indissociáveis, segundo M. SANTOS (2009, p. 100, apud FERREIRA, 2011, p. 08) “a forma e o conteúdo somente existem separadamente como verdades parciais, abstrações que somente encontram seu valor quando vistos em conjunto”. A necessidade da refuncionalização ocorre também devido à fadiga e a decadência das formas, sendo assim a refuncionalização do patrimônio cultural material relaciona-se aos aspectos físicos de sua estrutura, atribuindo-lhe um novo valor de uso, por meio de um rearranjo onde:

⁵ Brownfields, em seu sentido literal, significa “campos escuros / marrons”, e foi inicialmente usado para distinguir-se dos chamados *greenfields* ou “campos verdes”, que se referem às áreas agrícolas localizadas longe dos centros urbanos. Os locais *brownfields* não são necessariamente antigas indústrias, podem também ser empresas comerciais desativadas, minas abandonadas, lixões ou depósitos de resíduos, meios de transporte como ferrovias, portos e aeroportos, além de barragens, usinas termelétricas e nucleares (VASQUES, 2005, p. 08).

⁶ A refuncionalização é concebida como a alteração da função de uma determinada coisa/elemento, atribuindo-lhe um novo valor de uso. Tais acomodações requerem, às vezes, adequações por parte do espaço construído: demolições (supressões), reformas (superposições) e acréscimos (acumulações) (EVASO, 1999, p.34-35 apud VASQUES; LOMBARDO, 2011, p. 02).

[...] a refuncionalização da edificação é o processo que altera o sistema de valores do objeto e produz um novo contexto material e social dotado de permanências e mudanças, respondendo a novas necessidades culturais materiais ou socioeconômicas (YAMAWAKI, 2008, p.69).

Ao atribuir um novo valor de uso a um determinado elemento, a refuncionalização do espaço construído confronta o passado com o futuro, onde a forma permanece através da introdução de acomodações que produzem novos contextos, alterando somente a sua função.

O Contexto de Formação do Patrimônio Cultural da UFRGS: de fins do século XIX a sua Federalização, na cidade de Porto Alegre

Passaremos aqui a descrever as origens da fundação de Porto Alegre e o desenvolvimento urbano da cidade, da metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Buscaremos, assim, identificar a formação da educação superior através da criação das primeiras Faculdades e como esse processo resultou na formação e constituição da UFRGS. Em seguida, identificaremos, através de uma breve revisão do contexto sócio econômico da época, as origens para a formação do patrimônio cultural edificado do campus central da Universidade, onde o prédio do museu universitário está inserido.

Porto Alegre da aldeia à metrópole

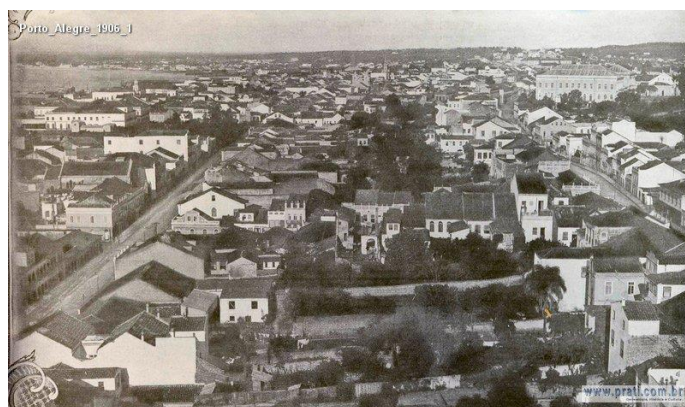
A fundação de Porto Alegre está inserida em um contexto de conquista e expansão dos domínios portugueses no sul do Brasil da primeira metade do século XVIII (MONTEIRO, 2012). Fundada em 26 de março de 1772, as origens de Porto Alegre mesclam-se com a formação histórica do Rio Grande do Sul, onde o fornecimento de serviços e produtos derivados do gado para a exploração do ouro nas Minas Gerais foi o principal motivo para atração de exploradores bandeirantes a estas terras (PESAVENTO, 1999).

De Porto dos casais em 1773, com estabelecimento dos casais açorianos, Porto Alegre é elevada à condição de vila em 1808; em 1822 passa a condição de cidade. Da

chegada dos casais açorianos⁷ à virada do século XX, verifica-se um grande crescimento populacional e econômico; Porto Alegre passa de capital da Província de São Pedro a capital do Estado do Rio Grande do Sul. A cidade se expande e logo estabelece-se:

[...] o apogeu do período de acumulação de capital que progressivamente consolida uma ordem urbana industrial, na qual a cidade era o centro de irradiação de padrões e valores burgueses assim, como era o centro das operações comerciais e financeira e onde se concentravam as fábricas e a massa operária (PESAVENTO, 1999, p. 57).

Figura 01: Vista aérea de Porto Alegre. Ano: 1906. Acervo: Fotos Antigas RS.



Fonte: http://fotosantigas.prati.com.br/FotosAntigas/PortoAlegre/Porto_Alegre_1906_1.htm Acesso em: 04.10.2012.

De 1890 a 1900, a população de Porto Alegre passa de “52.000 habitantes para 73.474 habitantes” (MONTEIRO, 2012, p. 31), assim os melhoramentos além de necessários tornavam-se visíveis na área central, pois as casas sucediam às chácaras, às olarias e aos matadouros, e a aglomeração do povo já definia as desigualdades sociais e também desigual apropriação do espaço. Neste período a cidade começou a imprimir a sua feição burguesa, onde, segundo Pesavento:

[...] com a divisão da cidade em duas partes, ao mesmo tempo distintas, e complementares em suas funções: uma cidade alta onde preponderava a função de centro cívico, administrativo e religioso,

⁷ “No século XVIII, a Coroa portuguesa estabeleceu um programa de imigração para o Brasil com os habitantes do arquipélago de Açores. O sul do Brasil, com suas terras em constante disputa com os castelhanos, foi uma das regiões que recebeu os Casais d’El Rey” (PESAVENTO, 1999, p. 18).

além de cultural com o teatro São Pedro e a Sociedade Bailante, e que concentrava as residências da elite; e outra, a parte baixa que compreendia a alfândega, e o comércio (PESAVENTO, 1999, p. 48).

Com a consolidação do projeto de governo do Partido Republicano (PRR) no Estado, assume a administração de Porto Alegre o Intendente José Montaury, marcando o período de 1897 a 1923 com uma proposta modernizadora de processos produtivos e reurbanização⁸.

Para Pesavento (1999), neste período, a cidade reproduzia, na ocupação de espaço, a assimetria social da ordem burguesa que se consolidava.

A Fundação das primeiras Faculdades em Porto Alegre

Porto Alegre, capital republicana do Estado do Rio Grande do Sul, ainda não possuía um estabelecimento de ensino superior na última década do século XIX. Logo, com o fim da Revolução Federalista, a administração estadual de influência positivista estabelece como meta a modernização do Estado, incluindo aí o estímulo à educação e ao estabelecimento do ensino superior na cidade. A preocupação com a educação fez do Estado um indutor do ensino para:

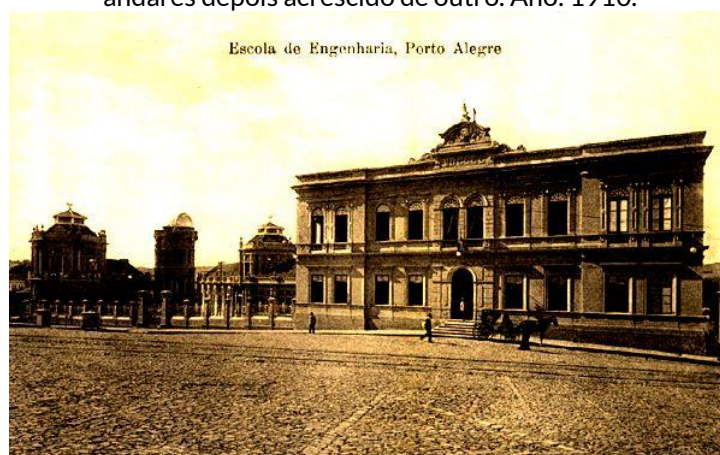
[...] não mais **ser** um Rio Grande do Sul exclusivamente agrário, ou pecuarista, mas também urbano e industrializado. Não mais a busca de ensino Superior fora do estado, mas a oportunidade para os jovens realizarem a sua formação no próprio Rio Grande (PESAVENTO, 2004, p.20). (grifo nosso).

Mesmo visando à preparação das elites e à qualificação dos seus dirigentes, o Estado logo se viu em um paradoxo com o estímulo ao ensino superior na cidade. A doutrina positivista estabelecia que o Estado não pudesse ter “Ciência e nem Religião”, portanto, não poderia prover o ensino superior com recursos próprios, a educação deveria ser mantida pela comunidade. Dessa maneira, a administração estadual apenas

⁸ Entre 1903 e 1912 ocorre um aumento vertiginoso das construções da cidade, quando foram construídos cerca de seis mil prédios, dobrando o tamanho da cidade em relação ao que ela fora no século XIX. Entre 1900 e 1910 há um incremento demográfico, com uma taxa anual de 5,9%, com isso a população de Porto Alegre em 1920 atinge a cifra de 179.263 habitantes (MONTEIRO, 2012, p.36).

estimulou oficialmente medidas para captação de recursos financeiros necessários à criação dos estabelecimentos educacionais (SILVA; SOARES, 1992, p.30). Seguindo estes princípios, um grupo de médicos e farmacêuticos porto-alegrenses funda a Escola Livre de Farmácia e Química Industrial no ano de 1895.

Figura 02: Vista frontal do Instituto de Engenharia. Construído em 1900, originalmente com dois andares depois acrescido de outro. Ano: 1910.



Fonte: SPH/UFRGS Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/9051> Acesso em: 04.10.2012.

Porto Alegre então se posiciona a nível estadual como um centro educacional⁹, pois na sequência da criação da Faculdade de Farmácia, foram criadas a Escola de Engenharia em 1896, a Escola Livre de Medicina em 1898 e a Escola Livre de Direito em 1900.

Dessas instituições, a Escola de Engenharia de Porto Alegre é “apontada por vários pesquisadores como a que mais simboliza a proposta republicana e positivista de ensino superior da época”. (CUNHA, 2009, p. 50).

Da UPA a UFRGS: O Processo de Formação do Patrimônio Cultural Edificado da Universidade

⁹ Sobre a educação no Rio Grande do Sul do início do Séc. XX ver: CORSETTI, Berenice. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n31/03.pdf> Acesso em 01/11/2012.

A instalação dos novos centros educacionais na cidade de Porto Alegre do fim do século XIX implicou na ocupação da “*Várzea do Portão*”¹⁰, primeira denominação do mais popular dos parques da cidade, o atual Parque da Redenção.

Nas primeiras décadas do século XX, as ruas e avenidas João Pessoa, José Bonifácio, Osvaldo Aranha, Sarmiento Leite e Luís Englert, nas proximidades do Campo da Redenção, foram abertas para abrigar as Faculdades Livres que vinham surgindo desde o final do século XIX. Assim, as terras do Campo da Redenção receberam as primeiras Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre e constituíram os atuais Quarteirões um e dois do Campus Central da UFRGS.

Figura 03: Mapa de Porto Alegre. Ano: 1896.



Fonte: Fotos Antigas RS. (Disponível em:

http://fotosantigas.prati.com.br/fotosantigas/Diversos/MapasPlantas/Porto_Alegre_1896.htm Acesso em: 05/10/2012).

Com a integração das primeiras Instituições de ensino superior “em 28 de novembro de 1934, através do Decreto 5.768 assinado pelo então Governador do Estado Sr. José Antônio Flores da Cunha foi criada a Universidade de Porto Alegre – UPA”¹¹. O principal objetivo do Decreto foi socorrer financeiramente instituições como:

¹⁰ “A *Várzea do Portão* foi denominada pela Câmara Municipal em 23/07/1807 e correspondia a uma grande planície logo abaixo do portão da vila, servindo de logradouro público para alimentação e conservação do gado. O Portão da *Várzea* mudou de nome em 07/09/1884 recebendo a denominação que está até hoje enraizada na memória do povo, a de *Campo da Redenção*” (FRANCO, 1988, p.161 e 164).

¹¹ Resultado da integração das seguintes escolas: Escola de Engenharia e suas Escolas Técnicas (Instituto Parobé, Instituto Montauray e Instituto Gymnasial Júlio de Castilhos), Agronomia e Veterinária (Instituto Borges de Medeiros), Faculdade Livre de Direito junto com a Escola de Comércio, Faculdade de Medicina

a Escola de Engenharia, a Escola Livre de Medicina, a Escola Livre de Direito e a Escola de Agronomia. Estas instituições, por serem particulares, começaram, no fim da década de 1920, a sofrer com a deficiência de recursos decorridos da necessidade de fomento em pesquisa, da manutenção do vultoso patrimônio e da escassez de pessoal técnico, devido à má remuneração¹². Conforme descrito no decreto de fundação da UPA, ela foi criada para ser uma “organização que busca elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica e concorrer eficientemente para aperfeiçoar a educação do indivíduo e da sociedade” (Decreto da Universidade). Para Rolim (2012, p. 02) “o ano do decreto de institucionalização, 1934 é considerado o marco de fundação da UFRGS, data a partir da qual é comemorado o seu aniversário”.

No ano de 1947, a nova constituição do Estado alterou o nome de Universidade de Porto Alegre - UPA para Universidade do Rio Grande do Sul - URGs. Em 04 de dezembro de 1950 a URGs transfere-se da esfera estadual para a Federal e passa a denominar-se Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Hoje, um século depois da criação das primeiras escolas de ensino superior em Porto Alegre, a UFRGS mantém 12 edificações construídas, entre os anos de 1898 a 1928, situadas nas áreas identificadas como Campus Centro e Campus do Vale, constituindo parte do que se nominam de “Prédios Históricos”. Construções fiéis aos estilos arquitetônicos do início do século XX, foram edificadas nos estilos eclético e “Art Nouveau”, que refletem uma arquitetura monumental de linhas curvas, delicadas, irregulares e assimétricas (UFRGS, 2012, Online).

Concordamos com Monteiro (2012, p. 40) quando afirma que os estilos arquitetônicos utilizados nas construções do início do século XX em Porto Alegre “[...] procuravam passar através de sua monumentalidade uma imagem de estabilidade e imponência dos poderes públicos no regime republicano”.

englobando Farmácia e Odontologia, Instituto de Belas Artes e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras constituída dos cursos de Matemática, Ciências Físicas, Ciências Química, História Natural, Filosofia, Filologia, Educação, Geografia e História. (CUNHA, 2009, p. 50).

¹² Vide: Silva, Pery Pinto Diniz da; Soares, Pereira Mozart. Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1934 - 1964. Ed. UFRGS, 1992

De Laboratório de Resistência de Materiais a Patrimônio Cultural Edificado: Estudo de caso sobre a refuncionalização do Prédio do Museu da UFRGS

O Projeto Resgate do Patrimônio da UFRGS

A partir de 1996, o Projeto *Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS*¹³, liderado pela então reitora “Wrana Maria Panizzi e o professor que ocupava o posto de superintendente do espaço físico (SUPEF) Christoph Bernasiuk”, encaminhou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), via processo de tombamento¹⁴, solicitação de reconhecimento formal das 11 edificações históricas localizadas nos quarteirões 01 e 02 do campus central da UFRGS (figura 04). Foram incluídas no processo também a Faculdade de Agronomia, localizada no campus do Vale, e o prédio da Reitoria, que é chamado de segunda geração arquitetônica por ter tido a sua construção datada do início da década de 1950.

Após análise do processo, foram tombados pelo IPHAN somente os edifícios da Faculdade de Direito e do Observatório Astronômico, inscritos sob o nº 1.438-T-98 (UFRGS/SPH, 2012, *Online*). Os demais prédios não foram tombados devido apresentarem condições precárias de uso. Em 15 de setembro de 2000, foi aprovado um projeto, apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul pelo então deputado do PPS Bernardo de Souza, inserindo todos os 13 prédios históricos na Lei Estadual 11.525/00, tornando-os a partir de então integrantes do patrimônio cultural do Estado.

Em 1997 o projeto *Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS* encaminha um projeto ao Ministério da Cultura (MinC) solicitando a inclusão da Universidade no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), mediante o mecanismo de renúncia fiscal, mais conhecido como Lei Rouanet¹⁵. A proposição foi aprovada em setembro de

¹³ O processo de patrimonialização da UFRGS como um todo é descrito na monografia de Clarissa de Souza Carvalho, intitulada: *Práticas Discursivas de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998 – 2008)*. Bacharel em História, UFRGS, 2008.

¹⁴ A palavra tombamento é originária da Torre do Tombo, em Lisboa, local onde todos os assentamentos públicos do reino eram registrados em livros oficiais (PEREIRA, 2011, p. 33).

¹⁵ Lei 8.313, de dezembro de 1991, que instituiu o PRONAC, assim denominada pelo fato de o ministro da Cultura a época de sua publicação ser o diplomata Sérgio Paulo Rouanet. Fonte: Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br> Acesso em 10/11/2012.

1998, bem como a inclusão do projeto na Lei de Incentivo à Cultura do Rio Grande do Sul (LIC/RS).

Em seguida, a captação de recursos foi iniciada, contando com a colaboração de empresas e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre além de pessoas físicas e jurídicas. No ano 2000, as tarefas do projeto *Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS* passaram à alçada de um setor criado especificamente para tanto, a Secretaria do Patrimônio Histórico¹⁶ (SPH), que até o presente momento é a responsável por sua gestão.

As 11 edificações (cf. fig. 04) do Campus Centro atendidas pelo projeto Resgate, são as seguintes: **01.** Instituto de Química Industrial (em processo de restauro); **02.** Museu Universitário (restaurado em 2002); **03.** Rádio (restaurado em 2002); **04.** Faculdade de Medicina (em processo de captação de recursos); **05.** Instituto Parobé (em processo de captação de recursos); **06.** Faculdade de Direito (restaurado em 2004); **07.** Escola de Engenharia (em processo de restauro); **08.** Château (restaurado em 2004); **09.** Castelinho (restaurado em 2006); **10.** Observatório Astronômico (restaurado em 2002); **11.** Instituto Eletrotécnico (em processo de captação de recursos).

Figura 04: Localização dos Prédios Históricos da UFRGS. Ano: 2012.



Fonte: Acervo SPH/UFRGS. (Disponível em: <http://www.ufrgs.br/predioshistoricos/predios/primeira-geracao> Acesso em 09-10-12).

¹⁶ A História da Secretária do Patrimônio Histórico da UFRGS está disponível online no site: <http://www.ufrgs.br/predioshistoricos/sph/historia> Acesso em: 31/10/2012.

A História da Edificação do atual Museu da UFRGS

O prédio do atual Museu da UFRGS (Cf. fig. 05) foi construído em 1910 para abrigar inicialmente o Laboratório de Resistência de Materiais da Escola de Engenharia na Av. Osvaldo Aranha, 277, esquina com a Av. Paulo Gama (UFRGS/SPH, 2004).

Em 1913, com o prédio ainda em construção, o laboratório inicia o seu funcionamento com a instalação das primeiras máquinas importadas da Europa. Como esta enfrentava a 1ª Guerra Mundial, o laboratório conseguiu funcionar plenamente somente a partir de 1918. “O primeiro chefe do laboratório foi o Dr. Hans Emílio Goetze, em 1915. Em 1918 assumiu como responsável do laboratório o Dr. Duílio Bernardi” (MORAES, 2003, p. 67).

Figura 05: Laboratório de Resistência de Materiais. Ano: s/d.



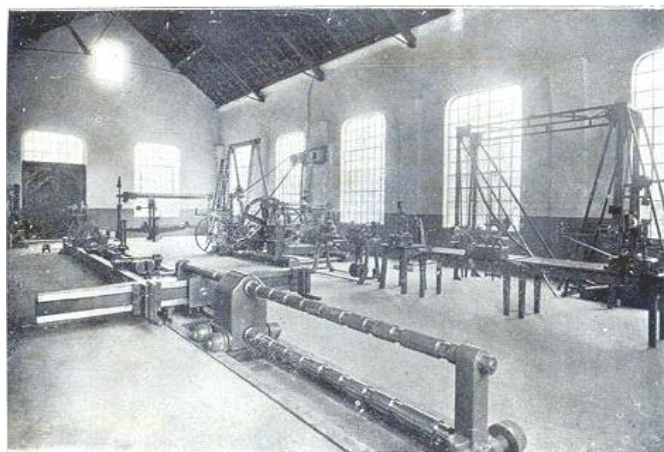
Fonte: UFRGS 70 Anos, 2004, p. 39.

Externando a necessidade e a significação que a Instalação do Laboratório de Resistência de Materiais representaria para o Estado do Rio Grande do Sul, o Diretor da Escola de Engenharia, Dr. João Ferlini, manifesta-se da seguinte forma na revista “EGATEA¹⁷”, em 1914:

¹⁷ EGATEA - Revista da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

Para o Rio Grande do Sul, a criação deste laboratório vem preencher uma lacuna que desde muito se fazia sentir... Pode-se aquilatar da importância de um Laboratório de Resistência dos Materiais quando se pensa que no estrangeiro as Administrações dos Trabalhos Públicos, do Exército, da Amada, das estradas de ferro, as grandes fábricas, etc., ou mantêm laboratórios próprios para exames de todo o material recebido ou produzido, ou então fazem acompanhar por pessoal seu o fabrico do material encomendado e bem assim as provas de a que é submetido depois do que somente, verificado que satisfaz as condições estabelecidas em contrato, é aceito (EGATEA, 1914, p. 11, *apud* MORAES, 2003, p. 65).

Figura 06: Interior do Laboratório de Resistência dos Materiais da Escola de Engenharia. Ano: 1920.



Fonte: Acervo SPH – UFRGS. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/9031> Acesso em 04.11.2012.

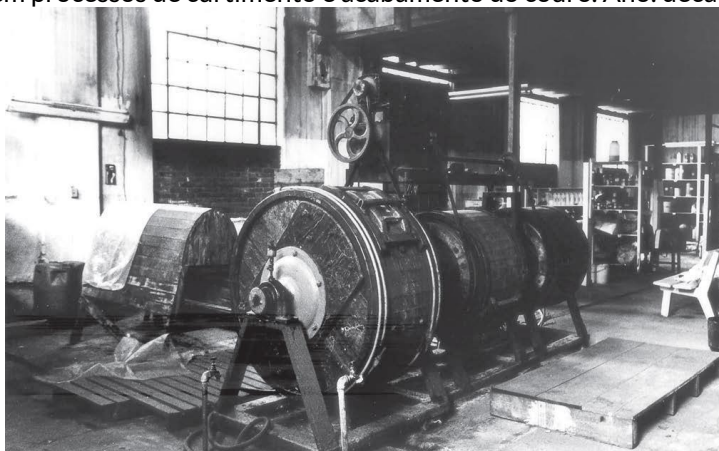
A partir da criação da Universidade de Porto Alegre (UPA), em 1934, o laboratório de resistência de materiais torna-se independente, se desligando da Escola de Engenharia. Por iniciativa de alguns professores da mesma Escola, dentre eles o Prof. Ivo Wolff¹⁸ (que de 1972 a 1976 viria a ser escolhido Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), o prédio é organizado para sediar o Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul (ITERGS). Este começou a operar oficialmente como uma autarquia Estadual a partir do Decreto Lei nº 282 de 1942, “passando a efetuar o controle da produção e do uso de concreto para o comércio e as indústrias da construção civil de todo o Estado” (MORAES, 2003, p. 67).

¹⁸ Ver CLEMENTE, Ir. Elvo. **Pilares da PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Em 1966 o ITERGS é transferido para uma nova sede, por força de acompanhar as novas formas de organização jurídica e buscando maior autonomia para a efetividade de suas pesquisas e serviços tecnológicos. A partir do Decreto Lei nº 6.370 de 1972, o Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul passa a ser denominado Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), denominação que mantém atualmente.

Com a transferência do ITERGS, em 1966, para uma nova sede, o prédio retorna aos domínios da agora denominada Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ex UPA). A partir desta data, o prédio assume sua nova função como Laboratório Experimental de Curtumes, ligado novamente a Escola de Engenharia. Em 1977, torna-se oficialmente sede do Curso Superior de Tecnólogos em Couro, sendo este o primeiro Curso de Tecnologia do Couro da América Latina. “Desde então o prédio do antigo Laboratório de Resistência dos Materiais passa a ser conhecido pela comunidade como Curtumes e Tanantes” (UFRGS/SPH, 2004, p. 30).

Figura 07: Vista interna do laboratório de curtumes e tanantes. Em primeiro plano o Fulão, equipamento utilizado em processos de curtimento e acabamento do couro. Ano: década de 1970.



Fonte: Acervo Museu/UFRGS.

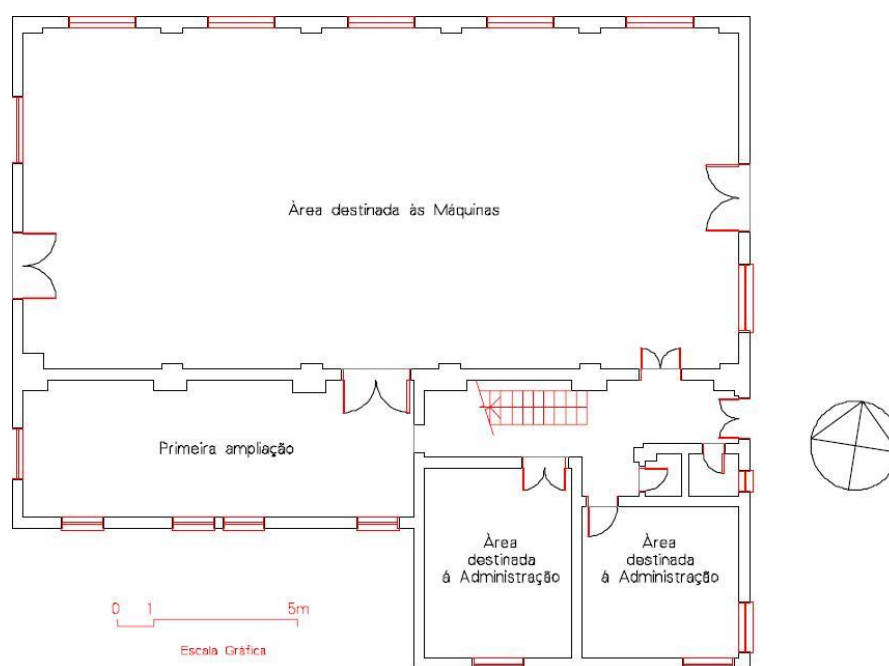
Análise da Arquitetura do Edifício Histórico

O laboratório de Resistência de Materiais foi construído inicialmente em um único volume de 10m x 20m. Em 1919 ocorreu sua ampliação, quando foram acrescentados mais dois volumes, um de dois pavimentos e outro de um pavimento, que

serviram para abrigar uma oficina mecânica, salas de aula, seções de ensaios físicos e uma área administrativa, totalizando 550 m² de área construída.

A cobertura do prédio foi construída com telhas do tipo francesa, em duas águas, sustentadas por treliças “Polenceau¹⁹” com forração em madeira objetivando a diminuição do ar frio durante o inverno. Na fachada norte (em frente a Av. Osvaldo Aranha) o ritmo é marcado por cinco janelas e seis pilastras decoradas com medalhões e monogramas em relevo (cf. fig. 05). A simetria é assinalada pelo frontão central, cimbrado e em arco abatido, decorado com uma pintura de autor desconhecido, simbolizando o trabalho (UFRGS/SPH, 2004, p. 28).

Figura 08: Planta Baixa demarcando o acréscimo dos dois volumes da primeira ampliação em 1919.



Fonte: MORAES, 2003, p. 70.

¹⁹ Tesouras do tipo mistas, (aço e madeira) com surgimento por volta do ano de 1840. É uma estrutura apropriada para grandes vãos, pois com este uso misto de materiais é resistente para suportar cargas elevadas (PEREIRA, 2011, p. 144).

O Projeto do antigo prédio do Laboratório de Resistência de Materiais é atribuído ao Arquiteto Manoel Barbosa Assumpção Itaqui²⁰, mesmo após, a arquiteta e ex-diretora do Instituto do Patrimônio Histórico do Estado – IPHAE/RS, Débora Magalhães ter realizado levantamento cadastral e afirmado que:

não há, em qualquer órgão público da cidade de Porto Alegre, documentação específica referente ao imóvel, a própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entende como perdido todo e qualquer registro sobre esta edificação (MAGALHÃES, *apud* MORAES, 2003, p. 68).

Figura 09: Prédio do antigo Laboratório de Biologia no Instituto de Agronomia e Veterinária.



Fonte: Acervo SPH/ UFRGS, MORAES, 2003, p. 68.

Figura 10: Prédio do primeiro Hospital Veterinário.



Fonte: Acervo SPH – UFRGS, MORAES, 2003, p. 69.

²⁰ Engenheiro, arquiteto e construtor gaúcho, nascido na cidade de Itaqui, em 28 de agosto de 1876 e falecido no Rio de Janeiro, a 06 de julho de 1945.

Figura 11: Tesoura “Polonceau” utilizada no prédio do atual museu da UFRGS. Ano: 2012.



Fonte: autor.

Presume-se a autoria do projeto ao Dr. Manoel Itaquí devido à análise das características construtivas dos prédios projetados por ele na época para a Escola de Engenharia. São eles: o antigo prédio do Colégio Júlio de Castilhos (1908), os prédios do Castelinho (1906), do Château (1906), do Observatório Astronômico (1906), da Escola de Agronomia (1910) e do Instituto Eletrotécnico (1910), além da semelhança entre as fachadas dos prédios do primeiro Laboratório de Biologia (atual cavaleriça situado no Campus do Vale, *cf.* fig. 09), e do primeiro Hospital Veterinário (*cf.* fig. 10).

Segundo Moraes (2003, p. 128), os projetos destes dois últimos prédios são “praticamente uma cópia do Laboratório de Resistência dos Materiais [...] além da utilização de elementos de cobertura, como a tesoura ‘Polonceau’ que também está presente em ambos”.

Da degradação da forma a perda da função

O prédio que abrigou respectivamente o Laboratório de Resistência de Materiais e o Laboratório Experimental do Couro esteve na vanguarda da história da pesquisa e novas tecnologias para os ramos das indústrias metal-mecânica, de construção civil e química no Estado do Rio Grande do Sul.

No ano de 1996, o prédio foi interditado por apresentar um avançado estado de deterioração de sua forma, implicando na total falta de condições de segurança para o seu uso. Logo, quando o prédio do Curtumes e Tanantes perde sua função e fica abandonado, ele sofre ainda mais rapidamente com a deterioração física natural,

transformando-se em um *brownfield*²¹. Assim, concordamos com Vasques (2006) quando afirma que:

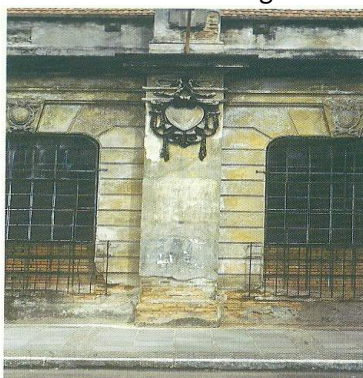
“A desativação de sua [do prédio] função produtiva gerou áreas de brownfields, marcando a paisagem acinzentada com a degradação física, [...] a demolição seria uma saída mais fácil, mas, dependendo do caso, correr-se-ia o risco de destruir partes da história local e apagar as marcas arquitetônicas. O aproveitamento da infraestrutura existente, a atuação efetiva do poder público na condução de políticas de requalificação espacial e a participação da comunidade [...] na refuncionalização desta área, tornam-se uma oportunidade de “reanimar” o bairro. Tornar estas antigas formas em novamente funcionais, dinamizar áreas de inércia, [...] são desafios que envolvem a problemática dos brownfields, que estão presentes em várias cidades, exigindo de órgãos competentes políticas públicas capazes de intervir nestes espaços, dotando-os de novas potencialidades. (VASQUES, 2006, p. 03-04 [grifo nosso]).

Figura 12: Vista da fachada norte do curtume e tanantes. Ano: 1998.



Fonte: Os Prédios Históricos da UFRGS, 1998, p.41.

Figura 13: Detalhe da fachada degradada. Ano: 1998.



Fonte: Os Prédios Históricos da UFRGS, 1998, p.41.

²¹ VASQUES, op. cit., loc. cit.

Figura 14: Vista dos fundos do prédio após sua interdição. Ano: 1998.



Fonte: UFRGS/SPH, 2004, p.30

O projeto *Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS*, ao realizar o levantamento sobre as condições do prédio, identificou a existência de condições extraordinariamente precárias. Externamente, a cobertura do prédio apresentava falta de telhas e deformação. As paredes tinham grandes infiltrações, rachaduras e, em alguns pontos, não havia mais reboco. No interior do volume maior, o mezanino de madeira e a escada que lhe dava acesso estavam parcialmente destruídos pela ação dos cupins. As esquadrias, deterioradas pelo tempo e pela falta de manutenção, já quase não tinham vidros (UFRGS/SPH, 2004, p. 30).

Logo quando uma “velha” forma não cumpre mais a função para a qual foi designada, “ela permanece como um legado do passado para um tempo futuro” (VASQUES, 2005, p. 04), ficando abandonada até que sejam feitas adequações e reformas a fim de torná-la apta a receber uma nova função.

O Processo de Restauro da Forma: e a refuncionalização do espaço

O Projeto *Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS* destinou o antigo prédio, onde outrora funcionou o Laboratório de Resistência de Materiais²² da Escola de Engenharia, ao Museu Universitário da UFRGS (UFRGS/SPH, 2004, p. 18). A restauração do prédio foi possível devido ao patrocínio do banco Santander, bem como de doações realizadas por pessoas físicas através da Lei Rouanet e Lei Estadual de incentivo à cultura (LIC)²³.

O levantamento histórico realizado pela SPH/UFRGS para a restauração do prédio identificou a técnica de pintura denominada de caiação²⁴, utilizada no séc. XIX e início do séc. XX em Porto alegre. Esta técnica geralmente era utilizada em alvenarias e estuques. Em objetos de madeira e ferro era utilizado tinta a óleo (SPH, 2007b, p. 70). Foi constatado que as paredes do prédio histórico foram construídas em alvenaria estrutural (parede de tijolos maciços), pois a forma construtiva que utilizava o concreto armado ainda não havia sido introduzida no Brasil até a década de 1910, o que explica o motivo da construção exibir paredes tão robustas quanto às encontradas nesse edifício (INFORMAÇÃO VERBAL²⁵).

As obras de restauração do prédio se iniciaram no dia 24 de agosto de 1999 e foram realizadas em duas etapas. Na primeira, concluída em 12 de junho de 2000, foi executada a dessalinização das paredes, construção de dois mezaninos e recuperação integral da cobertura (incluindo estrutura, subtelhado, entelhamento, forro, calhas e algerozes) e restauração de parte das aberturas, dos ornamentos das fachadas e pintura mural do frontão, Cf. fig. 16 e17 (UFRGS/SPH, 2004, p. 31). Na segunda, iniciada em 2001 e concluída em março de 2002, foram executados os trabalhos de

²² O prédio do antigo Curtumes e Tanantes está protegido e salvaguardado junto as demais edificações históricas do Campus Central da UFRGS pela lei estadual 1.525 de 15/09/2000, integrando dessa forma o Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul.

²³ A prestação de contas relativo à restauração do prédio está disponível em: http://www.ufrgs.br/predioshistoricos/como-colaborar/copy_of_prestacao-de-contas

²⁴ Caiação – pintura com tinta à base de cal, produzida a partir de rochas calcárias.

²⁵ Edison Zanckin Alice, Diretor de projetos da Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS, no Curso Modos de Pensar, Preservar e Habitar o Patrimônio Histórico da UFRGS IV, junho de 2012.

impermeabilização, recuperação das paredes, adaptação das aberturas e vedações visando o isolamento térmico e acústico; a substituição da rede hidrossanitária, complementação da rede de captação das águas pluviais; instalação de redes elétrica; telefônica, descargas atmosféricas e de alarme; a pavimentação de pisos em granito; tábuas de madeira e madeira laminada, implantação de sistema de condicionamento e renovação de ar; recuperação dos elementos de madeira, inclusive escada e forros, pintura geral, paisagismo e pavimentação do entorno do edifício.

Figura 15: Mezanino construído sobre a sala principal, estrutura metálica apoiada na estrutura de ponte rolante preexistente, reforça o traço contemporâneo da intervenção e o piso de madeira faz referência ao passado da construção. Ano: 2002.



Fonte: Acervo SPH/UFRGS.

Segundo a SPH/UFRGS, as intervenções realizadas na estrutura do prédio do museu universitário seguiram os princípios e critérios de intervenção recomendados pelas cartas patrimoniais e teóricos do restauro (ROSA, 2012, p. 13).

Para a SPH/UFRGS as Cartas Patrimoniais²⁶ que mais se identificam com os objetivos do Projeto *Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS*, são as seguintes: Carta de Veneza (1964) – sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios; Recomendação de Paris (1968) – sobre a conservação dos bens

²⁶ Estes documentos representam uma espécie de regulamentação internacional, sem estipular penalizações; as cartas patrimoniais buscam definir conceitos, sugerem revisões de legislações nos Estados e orientam medidas de salvaguarda, proteção e restauração dos bens culturais (EFROM, 2010, p. 51).

culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas; Convenção de Paris (1972) – sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural; Recomendações de Nairóbi (1976) – sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea; Carta de Burra (1980) – sobre os princípios e procedimentos para a conservação, preservação, restauração e reconstrução de bens culturais; Declaração do México (1985) – sobre as políticas culturais; Carta de Brasília (1995) – documento regional do cone sul sobre autenticidade; Recomendações de Paris (2003) – sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (UFRGS/SPH, 2007a, p. 25).

Segundo a SPH/UFRGS, as intervenções para restauração e refuncionalização do prédio do Museu respeitaram as recomendações das cartas patrimoniais²⁷ descritas anteriormente, principalmente no que tange aos critérios de autenticidade e materialidade, no emprego de materiais e técnicas modernas sem alteração do aspecto do edifício, na distinção entre materiais novos e antigos, na adição de novos componentes quando estes foram destacados do restante da composição original, de forma a serem legíveis como componentes atuais; na importância da manutenção, conservação e restauração como salvaguarda do monumento; e também na substituição das partes faltantes dos elementos, sendo os mesmos integrados de forma harmoniosa ao conjunto, distinguindo-se das partes originais evitando o falso histórico. Todas as fases da execução da obra e a identificação dos elementos técnicos e formais foram registrados e arquivados em local apropriado na Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS.²⁸

²⁷ A relação completa de Cartas Patrimoniais está disponível no site do comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, em: http://www.icomos.org.br/002_001.html Acesso em: 13/11/2012.

²⁸ ALICE, op. cit., loc. cit.

Figura 16: Substituição total da madeira na cobertura do prédio. UFRGS. Ano: 1999.



Foto: Acervo SPH/UFRGS.

Figura 17: Frontão central, cimbrado e em arco, decorado com uma pintura, simbolizando o trabalho. (Restaurado) Ano: 2002.



Foto: Acervo SPH/UFRGS

Figura 18: Medalhões e monogramas em relevo. (Restaurado) Ano: 2002.



Foto: Acervo SPH/ UFRGS.

Figura 19: Espaço de exposições, pisos em granito. Área livre acentua conexão entre antiga e nova função do prédio. Ano: 2002.



Foto: Acervo SPH/UFRGS

Figura 20: Fachada voltada para o pátio interno da Universidade, cobertura com telha francesa. Ano: 2002.



Foto: Acervo SPH/ UFRGS

Figura 21: antecâmara na entrada do prédio, volumetria em caixa de vidro Ano: 2002.

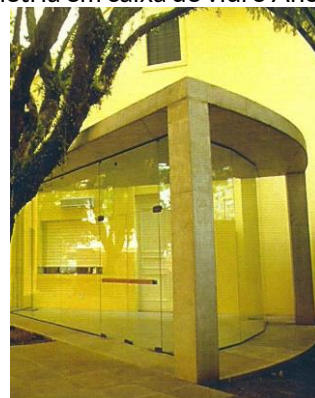


Foto: Acervo SPH/ UFRGS.

Figura 22: Para atenuar os ruídos da Av. Osvaldo Aranha que chegam a 84 decibéis, foi inserido, nos vãos das cinco janelas, tampões de aço intercalados por painéis de lã de vidro, mantendo o desenho original das aberturas reduzindo os ruídos a 60 decibéis no interior do prédio. Ano: 2003.



Foto: Acervo SPH/ UFRGS.

O conceito de restauração adotado pela SPH/UFRGS para a intervenção nos prédios históricos segue os princípios teóricos do italiano Cesare Brandi²⁹ (1906-1988). Intelectual de grande importância nos campos da história, crítica da arte e restauração, foi o fundador e diretor do *Instituto Italiano Centrale del Restauro* (ICR) de 1939 a 1961. Sua teoria é considerada como a síntese do pensamento restaurador moderno e determina, resumidamente, que a restauração deve ser voltada ao restabelecimento da unidade potencial de uma obra de arte, sempre que possível, entretanto sem cometer falsificação histórica ou apagar vestígios de sua trajetória através do tempo (INFORMAÇÃO VERBAL³⁰).

A “Velha” Forma e a sua nova Função

²⁹ O pensamento de Cesare Brandi está em seu Livro *Teoria da Restauração* (2004), traduzido por Beatriz Mugayar Kuhl.

³⁰ ALICE, op. cit., loc. cit.

No dia 15 de agosto de 2002, o prédio que outrora abrigou o Laboratório de Resistência dos Materiais da Escola de Engenharia foi devolvido à comunidade com uma nova função: a de Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Figura 23: Fachada restaurada do atual prédio do Museu da UFRGS. Ano: 2002.



Foto: Acervo SPH/UFRGS.

O Museu da UFRGS, criado em 1984³¹ como parte das comemorações do cinquentenário da universidade, teve sua primeira sede em uma sala no segundo andar do prédio da Reitoria. Ali, onde esteve até 2000, não possuía sala de exposições, para tanto utilizava o salão de festas e a sala Fahrion” (ARISTIMUNHA; FAGUNDES, 2010, p. 60), localizados no mesmo prédio.

O Museu da UFRGS foi concebido com o objetivo de pesquisar, difundir e valorizar o patrimônio cultural da Universidade através de seus diferentes acervos (patrimônio intelectual e cultural produzido na universidade) e estabelecer parcerias com outras instituições de caráter científico cultural.

³¹ Como órgão suplementar, ligado ao gabinete do Reitor, sua primeira diretora foi a Prof.^a Maria Helena Bered ligada a Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Em 2000, através de um planejamento museológico³² coordenado pela diretora do museu no período, Claudia Mara Boettcher, Relações Públicas e Técnica Administrativa da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, o Museu da UFRGS começa o processo de transferência para sua nova sede. A partir de agosto de 2002, o Museu passa a ocupar definitivamente sua nova sede, refuncionalizada e dotada de espaço para reserva técnica, sala para a realização de exposições, sala de multimeios, mapoteca e equipamentos para receber o público com necessidades especiais.

O acervo do Museu, na nova sede, é constituído de materiais textuais, imagens, fotografias, gráficos, além de catálogos de todas as exposições apresentadas até então. Este acervo fica acondicionado na reserva técnica, espaço do museu dotado de arquivos deslizantes e climatização adequada. O acervo foto-documental conta com cerca de “dez mil imagens, sobre a história de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul e de documentos sobre a história da UFRGS” (SEMENSATO, 2010, p. 97).

A refuncionalização do prédio histórico manteve a forma existente anteriormente, adequando a mesma à sua nova utilização, a partir de suas limitações, para sua nova função, revitalizando o espaço. Logo:

“pelo fato de não estarmos sediados num prédio especialmente concebido para o Museu, e sim numa edificação histórica que foi restaurada e adaptada para o nosso funcionamento, entendemos que por meio de nossas ações socioeducativas culturais estamos em constante relação seja com a cidade de Porto Alegre, seja com os municípios que compõe a região metropolitana e demais cidades do estado e região sul” (ARISTIMUNHA; LEITZKE, 2009, p. 100).

O público que frequenta o Museu da UFRGS hoje em dia é bastante diversificado, sendo composto pela comunidade acadêmica da universidade, professores e alunos de escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio de Porto Alegre e interior do estado, professores e alunos de instituições públicas e privadas do Ensino Superior do Estado e público em geral. Este público é recebido por alunos da UFRGS de várias áreas do conhecimento e diferentes cursos, que atuam como mediadores. Os alunos

³² O Planejamento foi elaborado pelo prof. Dr. Francisco Marshal, docente do Departamento de História do IFCH/UFRGS, Diretor do Museu da UFRGS no período anterior a transferência para a nova sede.

são preparados pelos professores e Direção do Museu, que são responsáveis pelas exposições.

De acordo com Aristimunha e Fagundes (2010, p. 64), “o Museu da UFRGS não mantém uma exposição de longa duração com seu acervo. O acervo do Museu é utilizado nas exposições que envolvem a história e o contexto da universidade”. Logo, a instituição realiza exposições de “caráter interdisciplinar, onde diferentes áreas do conhecimento através dos docentes, discentes e técnicos administrativos em conjunto com a direção e equipe técnica do museu” (Idem, p. 65) constroem juntos uma narrativa museológica.

O Museu Universitário, em sua nova sede, promoveu mais de 20 exposições de curta duração desde a sua inauguração até meados dos anos 10 do século 21. A exposição “Artistas e Professores da UFRGS” inaugurou o novo espaço do museu. A mostra foi constituída de obras da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, do Instituto de Artes da UFRGS, e trazia um apanhado histórico dos artistas e dividia-se em quatro módulos, desde a fundação da Escola de Artes à produção contemporânea dos professores.

Figura 24: Grupos de estudantes da UFRGS participando de visita mediada no Museu Ano: 2009.



Fonte: Acervo Museu/UFRGS.

Para conhecimento citamos algumas das exposições³³ realizadas a partir de 2002 até o momento, em ordem cronológica. São elas: Sons da Universidade (2003), A

³³ Os *hotsites* com maiores informações e imagens sobre todas as exposições realizadas pelo Museu da UFRGS em sua nova sede, estão disponíveis em: www.museu.ufrgs.br.

Universidade da Fotografia (2003), Memória Hérída (2004), Calouros: Ontem e Hoje (2004), Humorismo Gráfico (2004), Antes dos Dinossauros (2004), Pequenos Diálogos: arte e intertextualidade (2005), Açores e Brasil: uma troca de experiências (2005), Total Presença: gravura (2006), Homem-Natureza: Cultura e Biodiversidade (2006), Di Cavalcanti: cronista de seu tempo (2007), Visões da Terra: entre deuses e máquinas (2007), UFRGS: (in) visíveis lugares, serestarficar (2009), Em Casa, No Universo (2009), Mil anos dos Judeus na Polônia (2009), Eu sou Você (2010), Música, Ciência e Tecnologia (2010), Bom Fim: Um Bairro, Muitas Histórias (2010), Desenvolvimento Sustentável, por quê? (2010), Direitos Humanos, Imagens do Brasil (2011), Oretatappy: presença Mbya-Guarani no Sul e Sudeste do Brasil (2011), Alan Turing: Legados para a computação e para a Humanidade (2012).

Ao abordarmos as especificidades da nova função do prédio que outrora pertenceu ao Laboratório de Resistência de Materiais, e que hoje abriga o Museu Universitário, entendemos a sua importância para a coletividade e seus diversos atores, tornando a sua condição enquanto *lugar*³⁴ facilmente compreensível. Por *lugar* entendemos, tal qual Rogério Proença Leite (2008, p. 42), “uma determinada demarcação física ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos convergentes, orientando práticas sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente”.

Considerações Finais

Afirmando que o prédio do antigo Laboratório de Resistência dos Materiais—da UFRGS tem sua forma portadora de valores e atributos históricos que despertam nos indivíduos uma ligação com o passado. A partir desta afirmação, investigamos esses valores e atributos históricos que justificaram a restauração e refuncionalização do prédio como Museu Universitário, elevando a sua forma a condição de “prédio histórico” e importante equipamento cultural da cidade.

³⁴ LEITE, 2008, pp. 35-54.

Através da exposição das origens da cidade de Porto Alegre e de seu desenvolvimento urbano de fins do séc. XIX até meados século XX, verificamos o contexto sócio econômico, político e cultural da época que influenciaram na criação das primeiras escolas de ensino superior da cidade e, posteriormente, na formação do patrimônio cultural edificado da UFRGS, onde o prédio do Museu Universitário está inserido.

Apresentamos os diferentes usos do prédio do Museu da UFRGS, recuperamos a sua história desde as suas origens como laboratório de resistência de materiais até sua interdição em 1996, como Curtumes e Tanantes. Observamos a sua forma construtiva centenária representativa de elementos arquitetônicos característicos de uma época, algumas já não mais praticadas, influenciando seu valor e características patrimoniais próprias. Concluimos que a sua condição de patrimônio cultural edificado da UFRGS não se configura somente pela sua materialidade, mas também pela sua importância nos “saberes, fazeres e tradições que se apresentam no contexto sócio-histórico e cultural da cidade de Porto Alegre” (ECKERT; ROCHA, 2007, p. 348).

Utilizamos da flexibilidade e interdisciplinaridade implícitas na noção de cultura material, para realizar um cruzamento de conceitos da História, Geografia, Antropologia, Arquitetura e Urbanismo com o intuito de demonstrar como ocorreram os processos sócio histórico e culturais no espaço em torno do nosso objeto de estudo. Além de verificar sua importância como equipamento cultural para a cidade de Porto Alegre, fato este que justifica e dá sentido às medidas aplicadas pela SPH/UFRGS na restauração e revitalização do prédio histórico, cuja proposta de intervenção acima de tudo foi fundamentada na preservação dos liames afetivos relacionados às reminiscências e vestígios deixados por nossos antepassados.

Portanto, o processo de revitalização do prédio se provou importante e necessário como forma de manutenção do edifício histórico e da memória individual, coletiva e urbana da cidade.

Quanto ao Museu da UFRGS como equipamento cultural, verificou-se a sua atuação direta na mediação entre a Universidade e a sociedade como um “museu

divulgador dos diferentes acervos da Universidade, bem como das pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico” (LEITZKE, 2012, p. 111).

Assim reconstruímos e recontamos parte da história do prédio do atual Museu da UFRGS e de suas antigas funções, em seu contexto urbano, sendo possível concluir que o mesmo é um importante elemento de testemunho da construção sócio histórica na formação da sociedade porto alegreense, bem como reflexo das ações dos grupos que nela viveram e que expressaram suas estruturas de organização através das formas herdadas no presente. Verifica-se no Museu da UFRGS um “*lugar*” tão especial, um exemplo de manutenção e desenvolvimento dos valores sociais e culturais do nosso povo.

Referências

ARISTIMUNHA, Claudia Porcellis; LEITZKE, Maria Cristina Padilha. **Museus Universitários: e/ou Universidade?** VII Semana dos Museus - Museus universitários e sua inserção na Universidade. Rev. CPC – USP. São Paulo, p. 98 – 107 abr. 2009. Disponível em: http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/anais_usp.pdf Acesso em: 05 de nov. de 2012.

ARISTIMUNHA, Claudia Porcellis; FAGUNDES, Ligia Ketzer. **Museu da UFRGS, Trajetória e Identidade de um Museu Universitário.** Revista Patrimônio e Memória, UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 6, n. 2, p. 58-77, dez. 2010. Disponível em: http://www.cedap.assis.unesp.br/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v6.n2/artigos/museu_ufrs.pdf. Acesso em: 15 de nov. de 2012.

EFROM, Bianca. **A Identidade e a Marca da Secretaria de Patrimônio Histórico da UFRGS.** Dissertação (Mestrado em comunicação e Informação) Programa de Pós – Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/26393> Acesso em: 07 de set. de 2012.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Os Prédios Históricos da UFRGS: atualidade e memória,** Porto Alegre – RS, Editora da UFRGS, 1998.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Trad. Luciano Vieira, São Paulo Ed. Unesp, 2001.

COSTA, Rodrigo Vieira. **Cultura e patrimônio cultural na Constituição da República de 1988: a autonomia dos direitos culturais.** Rev. CPC, São Paulo, n. 6, out. 2008. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=>

sci_arttext&pid=S1980-44662008000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 out. 2012.

CUNHA, Janaína Dias. **A Reforma Universitária de 1968 e o Processo de Reestruturação da UFRGS (1964 - 1972):** uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. RS, 2009.

DIAS, Adriana Fabre. **A reutilização do patrimônio edificado como mecanismo de proteção:** uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, SC, 2011. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PARQ0017.pdf> Acesso em: 10 de Set. de 2012.

DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart. **Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1934 a 1964.** Porto Alegre: UFRGS, 1992.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza. **A cidade:** sede de sentidos. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.); BELTRÃO, Jane Felipe (org.); ECKERT, Cornélia (org.) **Antropologia e patrimônio cultural:** diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra. 2007, p. 343-361.

FERREIRA, Tatiana. **Patrimônio Histórico e Refuncionalização de Centros Antigos:** Novas Funções na Zona Portuária do Rio de Janeiro. I Simpósio de Estudos Urbanos: Desenvolvimento Regional, e Dinâmica Ambiental 29 a 31 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.mauoparolin.pro.br/seurb/Grade7.htm> Acesso em: 25 de Out. de 2012.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre:** Guia Histórico. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 3ª Ano 1998. 440p.

FRANCO, Sérgio da Costa; ROZANO, Mário. [Org.] **Porto Alegre ano a ano:** uma cronologia histórica. Porto Alegre - RS, Ed. Letra & Vida, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla>

=PatrimonioCultural&retorno=paginalphan. Acesso em: 15 de out. de 2012.

LEITZKE, Maria Cristina Padilha. **Curadorias Compartilhadas:** um estudo sobre as exposições realizadas no Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul -(2002 a 2009). Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

Porto Alegre, RS, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/40485> Acesso em: 15 de nov. de 2012.

LEITE, Rogério Proença. **Localizando o Espaço Público**: Gentrification e cultura urbana In: Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 83, p. 35-54, 2008. Disponível em: www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=1009 Acesso em: 17 nov. de 2012.

MORAES, George Augusto Moraes de. **A contribuição de Manoel Itaquí para a Arquitetura Gaúcha**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/4770> Acesso em: 20 de out. de 2012.

MONTEIRO, Charles. **Breve História de Porto Alegre**. Ed. Da cidade, Letra e Vida, Porto Alegre, 2012.

MENTZ, Patrícia. **Lembranças Concretas**: a memória social através do patrimônio cultural edificado das bibliotecas. Monografia (Bacharel em Biblioteconomia) Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/37624> Acesso em: 04 de set. de 2012.

NOGUEIRA, Sonia Aparecida; REIS, Ronaldo Rosas; **Contradições e Possibilidades do Patrimônio Cultural no Mundo das Mercadorias**. VII Colóquio Internacional MarxEngel 24 a 27 de julho de 2012, Campinas São Paulo. Disp. em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/Sonia%20Nogueira.pdf Acesso em: 01 de out. de 20/12.

PEREIRA, Natália Biscaglia. **Restauro em coberturas com estruturas em madeira**: influência da decisão de projeto na preservação do patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, SC, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95287/296024.pdf?sequence=1> Acesso em: 05 de nov. de 2012.

123456789/95287/296024.pdf?sequence=1 Acesso em: 05 de nov. de 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória Porto Alegre**: espaços vivências. 2ª edição, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Um dia, em um outro tempo**. IN: OLIVEIRA, Regina Carmem (Org.); Licht, Boni Flavia. **UFRGS, 70 anos**. Porto Alegre - RS, Editora da UFRGS, 2004. p. 09-73.

ROLIM, Berenice Machado. **História da UFRGS**: Da origem a Federalização - Campus Central [Curso Modos de Pensar, Preservar e Habitar o Patrimônio Histórico da UFRGS]. junho, 2012. Texto Impresso.

ROSA, Nei Vargas da. **Definindo Conceitos: Cultura, Tradição, Patrimônio e Educação Patrimonial** [Curso Modos de Pensar, Preservar e Habitar o Patrimônio Histórico da UFRGS]. maio, 2012. Texto Impresso.

SALES, Álvaro Américo Moreira. **Patrimônio Cultural e Gestão: o museu de artes e ofícios de belo horizonte**. Rev. Patrimônio: Lazer & Turismo, Minas Gerais, v.7, n. 11 jul.-ago. - set./2010, p.116-131. Disponível em:<http://www.unisantos.br/pos/>

[revistapatrimonio/pdf/Artigo6_v7_n11_jul_ago_set2010_Patrimonio_UniSantos_\(PLT_44\).pdf](#) Acesso em: 30 de out. de 2012.

SEMENSATO, Simone. **Classificação do Conhecimento nas Esferas de Produção e Comunicação do Saber: a exposição “em casa, no universo” do museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em comunicação e Informação) Programa de Pós - Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/24510> Acesso em: 15 de nov. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004

_____/SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Manuais do patrimônio histórico edificado da UFRGS: cartas patrimoniais e legislação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2007a.

_____/SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Manuais do patrimônio histórico edificado da UFRGS: Faculdade de Direito**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2007b.

_____/SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Prédios Históricos**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/predioshistoricos>.

VASQUES, Amanda Ramalho. **Refuncionalização de Brownfields: estudo de caso na Zona Leste de São Paulo – SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP. 2005. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/28217> Acesso em: 03 de nov. 2012.

_____. **O Processo de Formação e Refuncionalização de Brownfields nas Cidades Pós-Industriais: O Caso do Brasil**. In: II Jornadas de Geografia Económica: "Industria y ciudad: geografía de una relación renovada", Salamanca, Espanha. p. 01-12. 2006. Disponível em: http://age.ieg.csic.es/geconomica/IIJornadasGGESalamanca/Amanda_Vasques.pdf Acesso em: 30 de out. 2012.

_____. LOMBARDO, Magda A. **Geoprocessamento no Mapeamento das Novas Paisagens do Distrito da Mooca na Cidade de São Paulo**. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica. julho de 2011, pp. 01-16. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/1986> Acesso em: 30 de out. 2012.

Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/191.pdf Acesso em: 03 de nov. 2012

YAMAWAKI, Yumi. **Gestão de Espaços Urbanos Refuncionalizados: Estudo de Caso Sobre a Reconversão de uso da Antiga Estação Ferroviária de Curitiba - PR**. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=123626. Acesso em 20 de set. 2012.

Enviado em: 10.03.2019

Aceito em: 19.12.2019